



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração na Apelação n. 289.155-4

Embargante: Sul América Seguro Saúde S/A

Embargado: Interfrutas Ltda

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTUITO DE MODIFICAÇÃO DO JULGADO. VIA INADEQUADA. OBJETO CENTRAL DO LITÍGIO TRATADO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. EMBARGOS REJEITAOS.

1 - A matéria já se encontra prequestionada implicitamente pelo enfrentamento das questões no acórdão, embora sem indicação expressa dos dispositivos de lei que o fundamentaram. Precedentes do STJ.

2 - A Embargante tenta em sede de embargos de declaração revisitar o julgado, objetivando sua reforma e desvirtuando assim a natureza do recurso do art. 535 do CPC. As questões relevantes do litígio restaram abordadas na decisão não havendo omissão no julgado. Inconformada com o julgado deve a Embargante manejar o recurso de reforma cabível.

3 - Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do Embargos de Declaração na apelação nº 289.155-4 em que figuram como Embargante Sul América Seguro Saúde S/A e como Embargado Interfrutas Ltda, ACORDAM, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, o seguinte: "À unanimidade, rejeito os embargos nos termos do voto do relator", tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife,

Eduardo Sertório Canto
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração na Apelação n. 289.155-4

Embargante: Sul América Seguro Saúde S/A

Embargado: Interfrutas Ltda

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

O feito originário trata de ação monitória proposta pela Sul América contra a Interfrutas em razão da ausência de pagamento de seguro saúde contratado.

A Sentença (fl. 184): julgou extinto o processo sem resolução do mérito com base no artigo 267, II do CPC, por alegar o abandono da causa por parte do autor ao não promover o regular andamento do feito.

A Sul América interpôs apelação alegando ter protocolado via postal manifestação no sentido de pedir a suspensão do feito, não tendo tal petitório sido juntado aos autos, pretendendo, assim, demonstrar não haver abandonado o feito.

Este juízo proferiu decisão terminativa (fls. 271/272) e, posteriormente, proferiu julgamento no recurso de Agravo (fls. 322/326), no sentido de negar seguimento ao recurso, mantendo a sentença recorrida, lavrando-se a seguinte ementa:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO AGRAVADA QUE NEGA SEGUIMENTO AO RECURSO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 557 DO CPC. POSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DO FEITO POR ABANDONO. INTIMAÇÃO PESSOAL REALIZADA. MANIFESTAÇÃO ENVIADA EXTEMPORANEAMENTE ATRAVÉS DO SISTEMA DE PROTOCOLO POSTAL. RESOLUÇÃO Nº 156/2001 DESTE TRIBUNAL. USO INDEVIDO. PETIÇÃO NÃO COLACIONADA NOS AUTOS A TEMPO OPORTUNO POR ERRO DA PARTE NO ENVIO. AUSÊNCIA DE RECIBO DE POSTAGEM E CARIMBO-DATADOR NA PETIÇÃO RECURSAL POSTADA. RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO USUÁRIO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Acertado o procedimento do juízo singular em extinguir o feito por abandono tendo realizado a intimação pessoal do autor, nos termos do artigo 267, II, III, § 1º, do CPC. Assim, não tendo manifestação oportuna na ação não há como ser reconhecida qualquer nulidade. O protocolo postal de petição indevidamente utilizado não gera o efeito pretendido pela parte de manifestar interesse na causa.
2. O convênio que este Tribunal mantém com a ECT, consoante a Resolução nº 156/2001, serve de instrumento facilitador da atuação dos advogados na defesa das causas patrocinadas. Sendo meio regulamentador, o cumprimento das suas disposições se reveste de caráter obrigatório a quem se dispõe a utilizar o sistema.
3. Com base no 9º da resolução, a responsabilidade decorrente do uso incorreto ou indevido do Sistema de Protocolo Postal é única e exclusivamente da parte que se valer desse Sistema.
4. A juntada posterior pela agravante de um recibo de venda de produtos dos Correios, demonstrando uma postagem sem qualquer menção ao

processo a que se refere, não se presta a dar certeza de se relacionar com os autos, não sendo permitido garantir estar vinculado ao mesmo.

5. Agravo a que se nega provimento.

Contra tal decisão interpõe a Sul América os presentes embargos de declaração visando o prequestionamento da matéria e alegando haver contradição no tocante a questão da tempestividade do protocolo postal e infração do artigo 557 do CPC, bem como a ocorrência de omissão quanto a aplicação da súmula 240 do STJ no feito.

A parte embargada não apresentou contrarrazões, conforme atesta a certidão de fl. 363.

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife,



EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator

**TJPE****GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL****Embargos de Declaração na Apelação n. 289.155-4**

Embargante: Sul América Seguro Saúde S/A

Embargado: Interfrutas Ltda

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

Em suas razões recursais, a Sul América objetiva o prequestionamento da matéria e alega haver **contradição** no tocante a questão da tempestividade do protocolo postal e infração do artigo 557 do CPC e **omissão** quanto a aplicação da súmula 240 do STJ no feito.

Não prospera seu intento, já tendo sido amplamente rechaçado nos autos.

Como é cediço, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição e/ou omissão.

O que se vê no presente caso é a tentativa de rediscussão de matéria apreciada, tendo em vista já ter sido considerada por este juízo todas as questões relativas ao objeto dos autos.

Não existe qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão proferida, cabendo transcrever a decisão proferida para demonstrar o enfrentamento das questões:

Acerca da contradição sobre a questão da tempestividade do protocolo postal e infração do artigo 557 do CPC

(...) De início, no tocante à alegação da agravante sustentando a impossibilidade de aplicação do art. 557 ao caso em epígrafe, ante a existência de jurisprudência do STJ em consonância com a recorrente, entendo não haver plausibilidade.

Como é cediço, tal previsão - negar seguimento monocraticamente ao recurso - diz respeito a um juízo de valor monocrático do Desembargador. A própria lei autorizou a possibilidade de apreciação monocrática do relator, para inadmissão dos recursos, considerando a presença de elementos de prova evidenciando a legitimidade do pleito formulado.

Numa leitura mais atenta do caput do art. 557, do Código de Processo Civil, extrai-se que o relator negará seguimento, monocraticamente, dentre outros casos, aos recursos manifestamente improcedentes, exatamente o caso em apreço, sem necessidade de fundamentação em súmula ou jurisprudência dominante.

A lei somente impõe deva a decisão monocrática estar fundamentada em jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, nos casos de provimento do recurso, de acordo com o §1º A, do art. 557, do CPC.

Dessa forma, caracteriza-se a manifesta improcedência, quando a questão de direito em exame, ou seja, o mérito recursal, não se vislumbra ser provido. É um juízo de valor do relator. Segundo Araken de Assis in Manual dos recursos. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2007. p. 274: (...) o primeiro contato do relator com o recurso já revela que o recorrente não tem razão (...)", ou seja, ao analisar o mérito recursal, o relator não encontra guarida para provê-lo.

No caso em tela, a decisão em comento está baseada na jurisprudência do STJ e na análise do acervo probatório contido nos autos, restando infundada a insatisfação da Sul América.

Vislumbro serem as razões do presente recurso semelhantes àquelas lançadas no bojo do recurso apelatório. Logo, não merecem prosperar.

Desse modo, a questão foi amplamente explorada na decisão terminativa agravada devendo ser mantida por seus próprios fundamentos, que passo a reiterá-los:

(...) Inicialmente, verifico ter o juízo singular determinado a intimação pessoal do autor antes de extinguir o feito, nos termos do artigo 267, II, III, § 1º, do CPC, tendo ocorrido regularmente tal providência, consoante mandado juntado aos autos (fl. 181).

Em decorrência do cumprimento da legislação processual por parte do juiz singular e não ter a Sul América se manifestado oportunamente na ação, não há como ser reconhecida qualquer nulidade.

O STJ já se manifestou sobre a matéria, nos seguintes termos:

PROCESSUAL. EXTINÇÃO DO FEITO POR ABANDONO DO AUTOR. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. CUMPRIMENTO.

1. A jurisprudência da Casa é pacífica no sentido de ser necessária a intimação pessoal do autor para dar andamento ao feito, antes de declarar-se a extinção por abandono. Porém, também se entende ser possível e válida a intimação pela via postal no caso em que o aviso de recebimento retorna devidamente cumprido.

2. Agravo improvido com aplicação de multa.

(AgRg no Ag 1190165/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/12/2010, DJe 17/12/2010)

E mais:

Processual civil. Recurso Especial. Extinção do processo sem julgamento de mérito. Abandono da causa. Intimação pessoal do autor.

- É imprescindível a intimação pessoal do autor para dar andamento ao feito no prazo de 48 horas, antes de extinguir o processo sem julgamento de mérito, por abandono da causa.

- **Supre-se a exigência de intimação pessoal pela intimação realizada por carta registrada, quando resta comprovado que, deste modo, o autor foi devidamente cientificado da necessidade de promover o andamento do processo, em determinado prazo, sob pena de sua extinção.**

Recurso Especial conhecido e provido.

(REsp 205.177/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/06/2001, DJ 25/06/2001, p. 169) (grifos)

Por outro lado, a Sul América alega ter protocolado via postal manifestação no sentido de pedir a suspensão do feito, apesar de não constar dos autos qualquer petição após sua intimação pessoal.

367
P

O protocolo postal de peças processuais está disciplinado pela Resolução nº 156 de 13.11.2001 deste Tribunal, servindo de instrumento facilitador da atuação dos advogados na defesa das causas patrocinadas. Sendo meio regulamentador, o cumprimento das suas disposições se reveste de caráter obrigatório a quem se dispõe a utilizar o sistema.

Como forma de garantir a validade do sistema postal, a resolução atribuiu a responsabilidade por falhas ocorridas no uso do serviço à parte que dele se utiliza, nos termos do artigo 9º:

Art. 9º- A responsabilidade decorrente do uso incorreto ou indevido do Sistema de Protocolo Postal, bem como pelo extravio de petição e/ou recurso, antes do seu recebimento pelo destinatário, será única e exclusivamente da parte que se valer desse Sistema.

A apelante, quando do protocolo de sua manifestação nos autos, não cuidou de observar as normas do protocolo postal dispostas na Resolução em comento.

Pela análise da petição e recebo (fls. 235/236) verifico não constar qualquer comprovação segura da efetivação da postagem para o processo originário.

Ora, a petição não tem qualquer sinal de ter sido protocolizada e o recibo não há apresenta qualquer vinculação remetendo ao citado petitório, bem como as informações relativas ao envio não asseguram a remessa ao processo originário especificamente.

Assim, o comprovante juntado posteriormente pela Sul América de uma postagem em data de 19.10.2011 ao fórum de Petrolina não apresenta qualquer indicativo a gerar certeza de se relacionar com os autos, não sendo permitido garantir estar vinculado ao mesmo, por não fazer qualquer menção ao processo a que se refere.

Este Tribunal já apreciou a questão em análise, manifestando-se no sentido desta relatoria, conforme se depreende dos seguintes julgados, abaixo transcritos:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. SISTEMA DE **PROTOCOLO POSTAL. RESOLUÇÃO Nº 156 DESTE TRIBUNAL.** USO INCORRETO. AUSÊNCIA DO CARIMBO-DATADOR. RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO USUÁRIO. INTEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS. DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1.O convênio que este Tribunal mantém com a ECT, consoante a **Resolução nº 156**, tem como objetivo garantir maior comodidade aos advogados. Entretanto, essa faculdade não habilita os causídicos a desrespeitarem os demais requisitos previstos no referido ato normativo. 2.Ao mesmo tempo em que a Resolução, no art. 5º, concede à data de postagem a mesma validade do protocolo oficial, exige, mais adiante, que na cópia do recurso, apresentado nos Correios, sejam especificados, mediante carimbo-datador, horário e data de recebimento (art. 7º). 3.**Com base no 9º do r. ato normativo, a responsabilidade decorrente do uso incorreto ou indevido do Sistema de Protocolo Postal, bem como pelo extravio de petição e/ou recurso, antes do seu recebimento pelo destinatário, será única e exclusivamente da parte que se valer desse Sistema.** 4.Não há como considerar tempestivos os embargos em cuja petição não consta o carimbo-datador da agência em que foram postados, sendo a data do protocolo nesse Tribunal a única que se pode deduzir.

Recurso de Agravo 89115-6/03. Eurico de Barros Correia Filho 4ª Câmara Cível. 11/12/2008.(grifos)

Consta do voto proferido no citado julgado:

Ora, o extrato juntado pela reclamante não demonstra qualquer vínculo com o recurso então proposto, principalmente porque se restringe a um recibo de venda de produtos, razão pela qual este Tribunal exige um carimbo identificador.

E mais:

No presente recurso (Embargos de Declaração nº 81115-6/01) verifico a **ausência do carimbo-datador na petição do recurso de Embargos de Declaração nº 89115-6/01 e, conseqüentemente, o descumprimento do artigo 7º da mesma resolução**, que estabelece: "na cópia da petição ou do recurso, apresentada nos Correios, deverão ser especificados, mediante carimbo-datador, horário e data de recebimento, com identificação da agência recebedora e do funcionário atendente".

Ora, sem atender a tal pressuposto, não vejo como reformar a decisão atacada, **pois o carimbo-datador é o comprovante de que o recurso foi recebido pela agência dos correios na data especificada pelo mesmo, servindo para atestar a tempestividade do recurso diante do prazo legal**. Portanto, o mero acostamento do AR do embargante aos autos sem a presença de tal carimbo na petição de interposição do recurso, não supre a exigência da resolução nº 156 deste TJPE.

DECISÃO TERMINATIVA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 89115-6/02. RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO. ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA CÍVEL. DATA 04 DE JUNHO DE 2008.(grifos)

Dessa forma, não tendo a apelante se manifestado no tempo oportuno conferido pelo magistrado singular não há como reformar a sentença recorrida.

Ademais, conforme transcrito na Resolução nº 156 deste Tribunal o uso indevido do sistema de protocolo postal é de responsabilidade de quem utilizá-lo, não podendo se esquivar a apelante.

Pelo exposto, nos termos do artigo 557, caput, do CPC **NEGO SEGUIMENTO** ao presente apelo, dada a sua manifesta improcedência.

Como se observa, as questões ventiladas no presente recurso de agravo já foram enfrentadas na decisão terminativa, nada havendo no recurso que acarrete a modificação do entendimento esposado naquele julgado.

Assim, restou verificado nos autos não ter a Sul América se manifestado em tempo hábil para evitar a extinção do feito originário por abandono.

É de se destacar, ao contrário do que alega a agravante, pela análise da petição e recibo (fls. 235/236) não constar qualquer comprovação segura da efetivação da postagem para o processo originário.

Ora, **a petição não tem qualquer sinal de ter sido protocolizada (inexistindo carimbo eletrônico), o recibo não apresenta qualquer vinculação remetendo ao citado petitório e as informações relativas ao envio não asseguram a remessa ao processo originário especificamente, apenas que foi remetido um documento para a 4ª Vara de Petrolina sem qualquer certeza de se tratar do feito objeto da lide.**

Assim, o comprovante juntado posteriormente pela Sul América de uma postagem em data de 19.10.2011 ao fórum de Petrolina não apresenta qualquer indicativo a gerar certeza de se relacionar com os autos, não sendo permitido garantir estar vinculado ao mesmo, por não fazer qualquer menção ao processo a que se refere.

Merece especial destaque o fato de ter a Sul América, posteriormente ao envio do petitório que não chegou aos autos originários, haver

369

interposto embargos de declaração por via postal em 27.02.2012, tendo sido regularmente juntados. Assim, permite-se inferir que o sistema de protocolo postal quando corretamente enviado pela parte é colacionado no caderno processual.

Questão semelhante já foi julgada por esta Câmara Cível, através do Agravo Regimental nº. 197162-2/01, em 02/03/2010, corporificado no aresto adiante transcrito:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO TERMINATIVA. RECEBIMENTO COMO RECURSO DE AGRAVO. FUNGIBILIDADE. SÚMULA 42 DESTE TRIBUNAL. SISTEMA DE PROTOCOLO POSTAL. RESOLUÇÃO Nº 156/2001 DESTE TRIBUNAL. USO INDEVIDO. AUSÊNCIA DE RECIBO DE POSTAGEM E CARIMBO-DATADOR NA PETIÇÃO RECURSAL POSTADA. RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO USUÁRIO. INTEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. (...)

4. A juntada posterior pela agravante de um recibo de venda de produtos dos Correios, demonstrando uma postagem sem qualquer menção ao processo a que se refere, não se presta a dar certeza de se relacionar com os autos, não sendo permitido garantir estar vinculado ao mesmo. (original sem destaques)(...)

Ademais, a questão da aplicação da súmula 240 do STJ no feito restou abordada não havendo qualquer omissão. Transcrevo trecho da decisão embargada:

(...) Ademais, não houve o descumprimento da súmula 240 do STJ, pois a parte ré/apelada não possui interesse no prosseguimento do feito originário, não havendo de se cogitar a necessidade de requerimento de sua parte para extinção da causa.(...)

É visível ter sido apreciado o cerne da controvérsia na decisão embargada, restando englobada todas as questões inerentes ao caso, não havendo qualquer contradição ou omissão.

Assim, verifica-se não haver razão para ser reformada a decisão proferida por este juízo, tendo em vista estar respaldada na expressa aplicação da lei, na doutrina e jurisprudência sobre a matéria.

Desse modo, verifica-se, no presente caso, apenas o inconformismo do embargante, quanto às razões que formaram o convencimento desta relatoria, usadas como fundamentação da decisão embargada, não se podendo falar em qualquer vício da mesma.

Percebe-se a intenção do recorrente, sob o argumento de omissão, pleitear a reforma do julgado, conduta vedada em sede de embargos de declaração.

Portanto, a revisão do julgado, em manifesta pretensão infringente, revela-se inadmissível em sede de embargos, não merecendo prosperar a insatisfação da embargante.

Nesse sentido, tem-se pronunciado este Tribunal de Justiça, como se verifica dos arestos adiante, da relatoria dos Desembargadores Sílvio de Arruda Beltrão e Fernando Ferreira:

PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÕES CÍVEIS - IMPROVIMENTO DO APELO INTERPOSTO PELO BANCO E PROVIMENTO DO APELO DA PARTE ADVERSA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE - INEXISTÊNCIA - AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE EMBARGABILIDADE - REJEIÇÃO - DECISÃO INDISCREPANTE. **É impossível, em sede de aclaratórios, revisitar questão já analisada e rejeitada em julgamento anterior; Os embargos de declaração destinam-se a desfazer obscuridades, afastar contradições e a suprir omissões que se registrem, porventura, no acórdão, revelando-se incabíveis quando inexistentes os vícios que dão azo a constituição dos pressupostos de embargabilidade** (CPC, art. 535). (Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Embargos de Declaração 141895-7/01, 3ª Câmara Cível, Relator: Desembargador Sílvio de Arruda Beltrão)(original sem destaques).

E mais:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. EXPRESSO DESIDERATO DE MODIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. DESCABIMENTO. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.1. A contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a que se verifica entre proposições do julgado, vale dizer, do julgado com ele mesmo, e não sua eventual incoerência com a lei, com outras decisões ou com tese agitada pela parte. 2. **Sendo por demais evidente, do cotejo entre o voto condutor e a ementa do acórdão, que o julgado embargado não incorreu em qualquer vício de expressão ou de compreensão, mormente nos vícios da omissão e da contradição, posto TEREM SIDO APRECIADOS COM SUFICIÊNCIA, CLAREZA E HARMONIA OS ELEMENTOS DO PROCESSO REALMENTE RELEVANTES PARA SUPORTE DO PRONUNCIAMENTO JUDICIAL QUESTIONADO, rejeitam-se declaratórios opostos em mera tentativa de obtenção de nova decisão para a causa, que desta feita atenda à expectativa de êxito frustrada quando do julgamento primitivo.** (TJPE, ED 45300-7/01, Rel. Des. Fernando Ferreira, 1ª Câmara Cível, julgado em 20/05/2008)(original sem destaques).

Nesses termos é o entendimento dominante, também, no STJ, verificado no seguinte julgado:

TRIBUTÁRIO - COFINS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTEMPESTIVO - PROTOCOLO NO CORREIO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os declaratórios em questão revelam apenas o inconformismo da parte com o deslinde da causa, que flagrantemente almeja efeitos modificativos, o que não se admite nesta via.

2. Os embargos declaratórios têm seu cabimento delineado pela presença dos pressupostos legais arrolados no artigo 535 do Código de Processo Civil. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão a que se embarga, não há como prosperar a irresignação, pois tal recurso é incompatível com a pretensão de se obter efeitos infringentes.(omissis)

(EDcl no AgRg no AgRg no Ag 919580 / RJ, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, data de julgamento: 12/08/2008, STJ) (original sem destaques).

Logo, por não padecer de nenhum vício a decisão guerreada, não há sustentáculo para as alegações do embargante.

Com efeito, é de se verificar terem sido apreciadas as questões centrais do feito, e, a falta de indicação de dispositivos legais não caracteriza omissão.

370
de

sendo a decisão da forma em que se encontra suficiente para caracterizar a efetiva apreciação do feito e o prequestionamento da matéria.

O STJ, inclusive, tem posicionamento reiterado nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PRESENÇA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. ADMISSÃO. RECURSO ADESIVO. AUSÊNCIA DE MENÇÃO AO ART. 500 DO CPC. RAZÕES RECURSAIS QUE EXPRESSAM A INTENÇÃO DE RECORRER DE FORMA ADESIVA. CONHECIMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CONFIGURADA. EXCLUSÃO DA PENALIDADE IMPOSTA.

1. Conforme entendimento consolidado nesta Corte, admite-se o prequestionamento implícito, para fins de conhecimento do recurso especial interposto pela alínea a do permissivo constitucional, quando as questões debatidas no recurso especial tenham sido decididas no acórdão recorrido, ainda que sem a explícita indicação dos dispositivos de lei que o fundamentaram.

2. Na hipótese dos autos, configurado está o prequestionamento implícito do tema referente à infringência ao art. 500 do CPC, porquanto a questão referente à tempestividade do recurso adesivo foi o ponto central para o não conhecimento da apelação.

(EDcl no REsp 691.653/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 07/04/2009)(original sem destaques).

Assim sendo, a matéria já se encontra enfrentada, pois a decisão abordou todas as questões postas em debate, mesmo sem expressa indicação dos dispositivos legais que lhe serviram de fundamento.

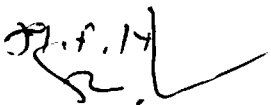
Ademais, se o embargante não se conforma com os termos do julgado deve manejar o recurso de reforma que entender cabível, não se prestando os embargos de declaração para esses fins.

Desse modo, a via dos embargos de declaração não se prestam à rediscussão da decisão recorrida, não se justificando, portanto, a reforma do julgado proferido por este juízo.

Dessa forma, rejeito os presentes embargos de declaração, mantendo-se o acórdão recorrido em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,



EDUARDO SERTÓRIO CANTO
DESEMBARGADOR RELATOR